



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 1

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Acerca das características das cláusulas pétreas, analise as seguintes proposições:

I – São referendadas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, como integrantes do “núcleo duro” do bloco de constitucionalidade, mesmo sem previsão no texto constitucional.

II – São cláusulas pétreas os direitos e garantias individuais e o sistema presidencialista.

III – É cláusula pétrea o voto direto, secreto, universal e periódico.

IV – As normas constitucionais de eficácia plena, face sua envergadura constitucional e a aplicabilidade direta, imediata e integral, são consideradas cláusulas pétreas independentemente do seu conteúdo.

Estão corretas:

- ☐ a. Apenas a alternativa II.
- ☐ b. Apenas a alternativa III.
- ☐ c. As alternativas II e III.
- ☐ d. As alternativas I e III e IV.



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Sobre os direitos e garantias individuais e coletivos, assinale a alternativa que não está de acordo com o posicionamento dos tribunais superiores.

- ☐ a. O direito ao esquecimento pode ser compreendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social – analógicos ou digitais. Em recente julgado, o STF posicionou-se pela incompatibilidade do direito ao esquecimento com a Constituição Federal, pontuando que eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais, especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral, e as expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível.
- ☐ b. O mandado de segurança é o remédio constitucional adequado à proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- ☐ c. O direito de reunião, expresso no inc. XVI do art. 5º da Constituição Federal, será exercido independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local. Segundo recente julgamento do STF, embora dispensável a autorização, exige-se prévia comunicação formal à autoridade competente.
- ☐ d. No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

Questão 2

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



O Ministério Público possui um tratamento destacado na Constituição Federal de 1988. Entre outras disposições, a CF atribui à instituição caráter permanente e essencialidade à função jurisdicional do Estado, assegura a sua autonomia funcional e administrativa e estabelece princípios e garantias institucionais aptas a resguardar o exercício das suas funções constitucionalmente previstas. Além disso, as normas básicas sobre estrutura e organização do Ministério Público também estão previstas na Carta Magna. Considerando este contexto e as decisões pertinentes do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- ☐ a. O mais recente posicionamento do STF indica que a solução de conflitos de atribuições entre ramos diversos do Ministério Público pelo Procurador-Geral da República é a mais adequada, pois reforça o mandamento constitucional que lhe atribuiu o controle da legalidade das ações administrativas dos membros e órgãos dos diversos ramos ministeriais, sem ingressar ou ferir a independência funcional.
- ☐ b. O Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, o Ministério Público dos Estados e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- ☐ c. O Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal, Ministério Público de Contas, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- ☐ d. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Questão 3

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Assinale abaixo o único enunciado incorreto:

- ☐ a. Nos crimes de ação penal pública, a requisição para instauração de inquérito policial e as respectivas diligências investigatórias serão indicadas de forma fundamentada pelo representante do Ministério Público, cabendo ao delegado de polícia realizar, no exercício da presidência do inquérito policial, o juízo discricionário sobre a instauração ou sobre o cumprimento das diligências indicadas pelo MP.
- ☐ b. É vedação expressa no texto constitucional a impossibilidade do membro do Ministério Público exercer qualquer atividade que caracterize consultoria jurídica a entidades públicas. Do mesmo modo, ao membro do Ministério Público não é permitido o exercício da advocacia no juízo ou tribunal perante o qual atuou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- ☐ c. O inquérito civil e a ação civil pública são instrumentos jurídicos disponíveis ao membro do Ministério Público para a proteção jurídica do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, inclusive os interesses de comunidades indígenas e quilombolas. No âmbito criminal, o instrumento é a ação penal pública, privativa do Ministério Público.
- ☐ d. O Ministério Público pode promover ações civis públicas a partir de elementos colhidos na instrução de procedimentos administrativos de sua competência, como oitivas e requisições de informações e documentos, não sendo exclusiva a sua legitimidade para o ajuizamento das ações civis públicas.

Questão 4

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 5

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Consoante as disposições legais pertinentes e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, são assertivas verdadeiras sobre as ações de controle abstrato de constitucionalidade, exceto:

- ☐ a. Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) não se admite desistência, é possível a concessão de medida liminar e, declarada a inconstitucionalidade por omissão de órgão administrativo, este será cientificado para a adoção das providências necessárias no prazo de 30 (trinta) dias.
- ☐ b. Conforme disposição legal, a ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) tem caráter subsidiário perante as demais ações de controle concentrado, somente sendo admitida quando não houver outro meio eficaz para sanar a lesividade. Desta subsidiariedade decorre o posicionamento dos tribunais superiores sobre a ADPF ser a única ação de controle abstrato cabível em face de decisão judicial transitada em julgado.
- ☐ c. A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e a ação declaratória de constitucionalidade (ADC) possuem natureza dúplice ou ambivalente, o que significa dizer que, proclamada a constitucionalidade de determinada norma, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória sobre esta; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.
- ☐ d. A ação declaratória de constitucionalidade (ADC) pode ser proposta pelos mesmos legitimados à ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e, diferentemente desta, a ADC tem como requisito legal a controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação declaratória.



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Acerca das licitações e dos contratos administrativos disciplinados na Lei nº 8.666/93, indique a alternativa correta.

- ☐ a. Quando houver inviabilidade de competição, a licitação será inexigível, como nos casos em que a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento e para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- ☐ b. Nos casos de contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada, ou de guerra ou grave perturbação da ordem, a realização de licitação será inexigível.
- ☐ c. Em regra, a concorrência será a modalidade adotada para a compra ou alienação de imóveis, podendo também ser aplicada quando as características da situação indicarem o cabimento das modalidades convite ou tomada de preços.
- ☐ d. Há tipos penais previstos na Lei 8.666/93, todos com preceitos secundários restritos à aplicabilidade de prisão simples e multa.

Questão 6

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Sobre as disposições da Lei Complementar nº 75/93, da Lei nº 8.112/90 e as interpretações pertinentes dos tribunais superiores, identifique e assinale a alternativa incorreta:

- ☐ a. Configura inassiduidade habitual do servidor público federal a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses, devendo ser aplicada, nesta hipótese, a penalidade de suspensão, nos termos do art. 146 da Lei nº 8112/90.
- ☐ b. A responsabilidade civil do servidor público federal decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. Quanto à responsabilidade administrativa, identificada falta residual não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.
- ☐ c. Compete aos membros do Ministério Público da União propor as ações cabíveis para dissolução compulsória de associações, inclusive de partidos políticos, nos casos previstos na Constituição Federal.
- ☐ d. Compete aos membros do Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis.

Questão 7

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



As seguintes proposições estão de acordo com a interpretação dos tribunais superiores, exceto a alternativa:

- ☐ a. Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento de demanda em que se discute a ausência de ou o obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes.
- ☐ b. É constitucional a previsão legal que assegure, na hipótese de transferência ex officio de servidor, a matrícula em instituição pública, se inexistir instituição congênere à de origem.
- ☐ c. A garantia constitucional da gratuidade de ensino não obsta a cobrança por universidades públicas de mensalidade em cursos de especialização.
- ☐ d. É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta, desde que de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

Questão 8

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

Marcar questão

Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



QUESTÃO ANULADA - Marque a alternativa incorreta:

- ☐ a. As ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão necessariamente ser propostas em face da União ou do respectivo estado da federação e, em regra, a ausência de registro na Anvisa impede o fornecimento de medicamento por decisão judicial.
- ☐ b. O Supremo Tribunal Federal fixou recentemente a seguinte tese sobre uma de suas competências: é do STF a competência exclusiva para processar e julgar originariamente todas as decisões do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público proferidas no exercício de suas competências constitucionais.
- ☐ c. Conforme o art. 37, caput, da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Proporcionalidade e razoabilidade não são princípios expressos no referido dispositivo constitucional.
- ☐ d. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

Questão 9

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Sobre a responsabilização por ato de improbidade administrativa, assinale a alternativa incorreta:

- ☐ a. Nos termos da Lei nº 8.429/92, a legitimidade para propositura de ação por ato de improbidade administrativa é do Ministério Público ou da pessoa jurídica interessada.
- ☐ b. A Constituição Federal preceitua algumas das sanções para os atos de improbidade administrativa. Na Lei 8.429/92, o legislador não se limitou ao rol constitucional e positivou outras penalidades, a exemplo da multa civil.
- ☐ c. O titular de cargo efetivo e o titular de cargo em comissão poderão sofrer as sanções previstas na Lei nº 8.429/92, mesmo que sem coautoria e/ou com designios autônomos. Tratando-se de cargo efetivo, as ações por ato de improbidade deverão ser propostas dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, sob pena de prescrição.
- ☐ d. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, para a responsabilização por qualquer ato de improbidade administrativa é necessário o ânimo doloso do agente e, quando há a participação de particulares, é indispensável que um agente público autor do ato ímprobo figure no polo passivo da ação de improbidade.

Questão 10

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 11

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Considerando ainda o ajuizamento da ação civil pública apresentada na questão anterior, foi requerida a tutela de urgência para afastar, de imediato, os membros do conselho deliberativo da fundação e proibir os integrantes da diretoria de desempenharem funções administrativas na entidade, até o julgamento final da ação, bem como para que seja nomeado interventor judicial ou administrativo provisório, dentre outras providências. Acerca da tutela provisória do Código de Processo Civil, marque a alternativa incorreta:

- ☐ a. Segundo o Código de Processo Civil, se caracterizado o perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, o requerimento da tutela de urgência formulado pelo Ministério Público, no presente caso, será indeferido. Ademais, independentemente da reparação por dano processual, é possível que a parte autora do pedido responda pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.
- ☐ b. Considerando que a urgência seja contemporânea à propositura da ação em questão, a petição inicial poderia limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. Nesse caso, deferida a tutela de urgência, o Código de Processo Civil dispensa o aditamento da inicial, bem como a intimação do réu para a audiência de conciliação ou de mediação.
- ☐ c. A tutela requerida apenas será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, podendo ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- ☐ d. A tutela requerida, acaso deferida, conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada. Além disso, salvo decisão judicial em contrário, a tutela conservará a sua eficácia, inclusive, durante o período de suspensão do processo.

Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 12

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

Marcar questão

Editar questão

O Ministério Público deve atuar como agente político que procura transformar a realidade social em que está contextualizado, na esfera de suas atribuições, de forma a privilegiar o acesso do cidadão à Justiça, e isso pode ser obtido sem que haja a necessidade de buscar o Poder Judiciário, assim, pode o membro do *parquet* fazer uso de diversos instrumentos preventivos, privilegiando uma atuação ministerial resolutiva. Acerca dos instrumentos extrajudiciais disponíveis, marque a alternativa incorreta:

- ☐ a. O compromisso de ajustamento de conduta é mais comumente conhecido por termo de ajustamento de conduta ou simplesmente pela sua abreviatura "TAC". O TAC foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 211 da Lei 8.069/1990). Em seguida, foi confirmado no Código de Defesa do Consumidor (art. 113, § 6º, da Lei 8.078/1990), que alterou o § 6º do art. 5º da Lei de Ação Civil Pública, permitindo que os órgãos públicos legitimados tomem dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante combinações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- ☐ b. O objetivo do IC é "apurar fato". Se o fato for ilícito, gerará a propositura de ação. Ao mesmo tempo, se as informações indicarem que não há ato ilícito praticado, o inquérito é arquivado e submetido a controle interno, no âmbito do próprio Ministério Público. Todavia, a solução dos conflitos pode não estar no arquivamento nem na propositura da ação, mas em uma recomendação, um compromisso de ajustamento de conduta ou mesmo em uma mera reunião. A rigor a autonomia dos membros do Ministério Público é até maior que a dos juízes, quando considerada do ponto de vista interno. É que as decisões judiciais, em regra, estão sempre sujeitas a recurso. No Brasil, ao contrário do que ocorre em outros países, não há uma única situação em que a decisão de 1º grau seja soberana. A possibilidade de correção nas instâncias superiores é ampla. No Ministério Público, pelo contrário, a única decisão de um membro de 1º grau que está sujeita a correção interna é o arquivamento do inquérito civil. Nos demais casos, sua autonomia é total.
- ☐ c. O que fundamenta a atuação do Ministério Público resolutivo, contrapondo ao Ministério Público demandista, é a promoção de implementação de justiça social, sem ter que buscar o Poder Judiciário, prestigiando o Princípio da Duração Razoável do Processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da CF/88. Todavia, por meio de uma atuação resolutiva não é possível ao Ministério Público prevenir, inibir ou reparar adequadamente a lesão ou ameaça a direitos ou interesses coletivos, tampouco efetivar as sanções aplicadas judicialmente em face dos correspondentes ilícitos. Nesse ponto, aplica-se a teoria circular dos planos, que diz que todo direito fundamental material deve ser postulado em juízo e, portanto, há uma faceta ou interface processual que sempre o acompanha. É a partir dessa relação contínua e cíclica que o processo auxilia no desenvolvimento do direito material e vice-versa.
- ☐ d. A atuação extrajudicial do Ministério Público está regulada nos arts. 8º, 9º e 10 da Lei de Ação Civil Pública, que dispõem sobre o inquérito civil – IC. Tal procedimento, tem como propósito central, a colheita de informações capaz de embasar a propositura de uma ação. Sua condução é exclusiva do Ministério Público, mas a LC nº 75/1993, que regula o Ministério Público da União, embora faça referência ao IC, não contém dispositivos que impactem na sua regulamentação e manejo.



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 13

Ainda não
respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Considere o efetivo ajuizamento de uma ação civil pública contra a Fundação Napoleão Laureano - mantenedora do Hospital Napoleão Laureano, referência no tratamento do câncer na Paraíba - e mais 14 pessoas para destituí-las da diretoria, do conselho deliberativo e/ou do conselho fiscal da entidade de direito privado e sem fins lucrativos, em razão de fraudes contábeis e outras irregularidades detectadas. Diante disso, marque a alternativa correta:

- ☐ a. No tocante à legitimidade ativa é possível que a petição inicial da ação em epígrafe seja assinada por promotores de justiça (MP-PB) em conjunto com procuradores da República (MPF). Nessa hipótese, a competência para julgamento da referida ação será da Justiça Estadual, vez que precipuamente compete ao Ministério Público do Estado a realização do acompanhamento contínuo (velamento) das fundações públicas e privadas.
- ☐ b. No tocante à legitimidade ativa é possível que a petição inicial da ação em epígrafe seja assinada por promotores de justiça (MP-PB) em conjunto com procuradores da República (MPF). Nessa hipótese, a competência para julgamento da referida ação será da Justiça Federal, vez que, a presença do Ministério Público Federal, por si só, já atrai a competência da Justiça Federal para julgamento do feito, por força do art. 109, I, da Constituição Federal.
- ☐ c. No tocante à legitimidade ativa não é possível que a petição inicial da ação em epígrafe seja assinada por procuradores da República (MPF), vez que o acompanhamento das fundações pelo Ministério Público, em especial pela Promotoria de Justiça de Fundações, também conhecida por Curadoria de Fundações, abrange aspectos de ordem administrativa e judicial adstritos à competência da Justiça Estadual.
- ☐ d. No tocante à legitimidade ativa não é possível que a petição inicial da ação em epígrafe seja assinada por promotores de justiça (MP-PB) em conjunto com procuradores da República (MPF), vez que os promotores de justiça estão impedidos de se manifestarem nos autos de processos judiciais em trâmite na Justiça Federal, bem como os procuradores da República também não possuem poder postulatório perante a Justiça Estadual.



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 14

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Acerca da teoria do sistema de precedentes adotado Código de Processo Civil e alteração legislativa promovida pela Lei n. 13.256/2016, marque a alternativa incorreta:

- ☐ a. O CPC/15 trouxe regras de valorização dos precedentes judiciais, visando sobretudo, lidar com os conflitos de massa de maneira isonômica, a novel legislação ainda incorporou outras técnicas de uniformização e de interpretação do direito, como Assunção de Competência e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.
- ☐ b. A irrecorribilidade do agravo interno que decide pela inadmissibilidade do recurso especial, ainda no tribunal a quo, obsta que o STJ tenha conhecimento do *distinguishing* e legitima um entendimento flagrantemente contrário ao sistema lógico de precedentes e ao processo constitucional democrático. Esse obstáculo faz com que o precedente vinculante se torne estático e imutável e, assim, deixe de acompanhar a evolução das relações sociais.
- ☐ c. Quando se fala em precedente obrigatório (*stare decisis*), este não pode deixar de ser aplicado ou ser revogado mediante a técnica do *distinguishing* – sendo esta uma mera técnica de diferenciação. Dessa forma, o *distinguishing* não é a ferramenta adequada para que o sistema de precedentes se torne maleável e, assim, seja capaz de dar conta das novas realidades sem perder a sua função de tutela dos valores da estabilidade. Essa função seria realizada pelo *overruling*.
- ☐ d. O sistema de precedentes obrigatórios foi implantado no Brasil, para resolver um verdadeiro caos instalado nos tribunais pátrios, haja vista as diversas contradições internas dos tribunais superiores e a inobservância de suas decisões pelos juízes e tribunais inferiores.



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 15

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Acerca da (in)admissibilidade do instituto da colaboração premiada no âmbito das ações de improbidade administrativa, marque alternativa incorreta:

- ☐ a. É admitido a celebração de acordos pelo Ministério Público Federal, no âmbito da improbidade administrativa, que envolvam a atenuação das sanções da Lei 8.429/92, ou mesmo sua não aplicação, a fim de dar congruência ao microssistema de combate à corrupção e de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, que já contempla a possibilidade de realização de acordos de delação ou colaboração premiada no âmbito criminal. Não faria, mesmo, sentido, que o Ministério Público, titular da ação penal e da ação de improbidade, pudesse celebrar acordos em uma seara e não em outra.
- ☐ b. Os acordos de colaboração premiada não podem ser interpretados como espécie de negócio jurídico-processual, visto que o Código de Processo Civil prevê expressamente uma cláusula geral de autorregramento das partes, que não permite a ampla realização de negócios processuais atípicos (art. 190).
- ☐ c. À luz da intensa convencionalidade existente no direito penal e da cláusula geral de negociação processual do art. 190 do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), é possível tomar por empréstimo o regramento da colaboração premiada da Lei de Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), transportando-o, por analogia, às ações de improbidade administrativa.
- ☐ d. É possível conceber a colaboração premiada em ações de improbidade administrativa como espécie de negócio processual atípico, tomando por empréstimo a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013, aplicada por analogia).



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 16

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Considerando o entendimento do STF e STJ, analise as seguintes proposições:

I. O acórdão condenatório sempre interrompe a prescrição, inclusive quando confirmatório da sentença de 1º grau, seja mantendo, reduzindo ou aumentando a pena anteriormente imposta.

II. O pagamento de remuneração a funcionários fantasmas não configura apropriação ou desvio de verba pública, previstos pelo art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei no 201/67.

III. É possível a execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.

IV. Aplica-se o princípio da insignificância aos crimes de contrabando cujo valor da mercadoria proibida seja igual ou inferior a R\$20.000,00.

Estão CORRETAS:

- ☐ a. Apenas III e IV.
- ☐ b. Apenas II e III.
- ☐ c. Apenas I e II.
- ☐ d. Apenas I e III.



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Sobre os crimes previstos na Lei 8.666/93 e considerando o entendimento do STJ, assinale a alternativa INCORRETA:

- ☐ a. A pena imposta aos crimes previstos na Lei 8.666/93 será aumentada quando os autores forem ocupantes de cargo em comissão em órgão da Administração direta.
- ☐ b. O crime de fraude à licitação (art. 90 da Lei 8.666/93) classifica-se como crime próprio, pois, para que se caracterize, deve ser praticado por agente público.
- ☐ c. Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei constitui crime, desde que comprovado o dolo específico do agente em causar dano ao erário, bem como o prejuízo à administração pública.
- ☐ d. O crime de fraude à licitação (art. 90 da Lei 8.666/93) é formal e sua consumação dispensa a comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.

Questão 17

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

Marcar questão

Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 18

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Às 23h30 do dia 01/02/2021, duas pessoas, portando armas de fogo, invadiram a agência da Caixa Econômica Federal localizada na Praça Central do Município X e, utilizando-se de explosivos, subtraíram a quantia contida nos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos). Ao empreenderem fuga, foram presos em flagrante, sem oferecer resistência, por policiais militares que faziam rondas próximo ao local.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a alternativa CORRETA:

- ☐ a. Os criminosos praticaram o delito de furto majorado, eis que o crime foi cometido mediante concurso de pessoas e com emprego de arma de fogo.
- ☐ b. Os criminosos praticaram o delito de furto tentado, uma vez que o crime não se consumou por circunstância alheia à vontade dos agentes, no caso, a prisão em flagrante.
- ☐ c. Os criminosos praticaram o delito de furto qualificado pelo uso de explosivos.
- ☐ d. Os criminosos praticaram o delito de roubo majorado, eis que o crime foi cometido com emprego de arma de fogo e mediante concurso de pessoas.



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Sobre o crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3o, do Código Penal), assinale a alternativa CORRETA:

- ☐ a. Na esteira do entendimento dos tribunais superiores, quando praticado em concurso entre servidor do INSS e o particular beneficiário, o prazo prescricional deve ser contado a partir do recebimento da primeira parcela do benefício irregular, para ambos os agentes.
- ☐ b. Segundo o STJ, extingue a punibilidade do crime a devolução à Previdência Social, antes do recebimento da denúncia, da vantagem percebida ilicitamente.
- ☐ c. Segundo o STF, caso praticado pelo próprio beneficiário, terá natureza permanente, tendo em vista que sua consumação se renova a cada recebimento mensal.
- ☐ d. Quando praticado em concurso entre servidor do INSS e o particular beneficiário, o prazo prescricional deve ser contado a partir do fim do recebimento do benefício irregular, para ambos os agentes, conforme entendimento dos tribunais superiores.

Questão **19**

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

Marcar questão

Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Assinale a alternativa CORRETA:

- ☐ a. Quando, por erro, o agente atinge pessoa diversa da pretendida, serão consideradas, para fins de aplicação de pena, as características da pessoa atingida.
- ☐ b. Na tentativa perfeita ou crime falho, o agente, por circunstâncias alheias a sua vontade, não consegue esgotar os atos executórios que tinha a sua disposição e, em razão disso, o crime não se consuma.
- ☐ c. A reparação do dano até o recebimento da denúncia, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, é causa geral de diminuição de pena.
- ☐ d. É circunstância que atenua a pena ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir. A coação física e a coação moral irresistível constituem causas excludentes de culpabilidade.

Questão **20**

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 21

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Acerca dos institutos do Acordo de Não Persecução Penal, Transação Penal e Suspensão Condicional do Processo, analise as seguintes proposições:

I. Para a celebração do Acordo de Não Persecução Penal, é imprescindível que o investigado confesse, formal e circunstancialmente, a prática da infração penal.

II. Prescinde de homologação judicial o Acordo de Não Persecução Penal firmado entre o Ministério Público e o investigado.

III. Segundo o STF, a homologação da transação penal prevista na Lei 9.099/1995 faz coisa julgada material.

IV. Segundo o STJ, descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência.

Estão CORRETAS:

- ☐ a. Apenas I e II.
- ☐ b. Apenas I e IV.
- ☐ c. Apenas III e IV.
- ☐ d. Apenas II e III.



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Acerca de inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:

- ☐ a. A decisão de arquivamento de inquérito policial baseada na atipicidade da conduta faz coisa julgada material.
- ☐ b. Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso ao Ministério Público.
- ☐ c. É vedado o acesso, pelo defensor do investigado, aos elementos de prova já documentados em inquérito policial, por se tratar de procedimento sigiloso.
- ☐ d. Depois de arquivado o inquérito policial, por falta de base para a denúncia, é vedado à autoridade policial proceder a novas pesquisas, ainda que de outras provas tenha notícia.

Questão **22**

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Sobre provas e nulidades no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- ☐ a. Dispensa autorização judicial o acesso, pelo Ministério Público, a informações bancárias de contas de titularidade de órgãos e entidades públicas, com o fim de proteger o patrimônio público.
- ☐ b. São nulas as provas obtidas mediante extração, sem prévia autorização judicial, de dados e conversas registradas no *whatsapp*, salvo se o aparelho celular houver sido apreendido no momento da prisão em flagrante.
- ☐ c. É nula a entrevista realizada pela autoridade policial com o investigado, durante a busca e apreensão em sua residência, sem que tenha sido assegurado ao investigado o direito à prévia consulta a seu advogado e sem que ele tenha sido comunicado sobre seu direito ao silêncio e de não produzir provas contra si mesmo.
- ☐ d. Segundo entendimento do STJ, prescinde de autorização judicial o acesso, pela autoridade policial, ao conteúdo armazenado em telefone celular, inclusive conversas de *whatsapp*, quando o aparelho foi apreendido em busca e apreensão determinada por decisão judicial.

Questão **23**

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



A respeito da prisão preventiva, assinale a alternativa CORRETA:

- ☐ a. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou, ainda, por representação da autoridade policial.
- ☐ b. Não faz coisa julgada a decisão que, na audiência de custódia, determina o relaxamento da prisão em flagrante sob o argumento de que a conduta praticada é atípica. Assim, esta decisão não vincula o titular da ação penal, que poderá oferecer denúncia contra o indivíduo narrando os mesmos fatos e o juiz poderá recebê-la.
- ☐ c. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar, de ofício, a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, sob pena de revogação automática da prisão.
- ☐ d. A decretação da prisão preventiva prescinde da demonstração da existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

Questão **24**

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Compete à Justiça Federal, EXCETO:

- ☐ a. Processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico, acessível transnacionalmente, envolvendo criança ou adolescente, quando praticados por meio da rede mundial de computadores.
- ☐ b. O processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual.
- ☐ c. Processar e julgar os crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, bem como processar e julgar os crimes contra a economia popular.
- ☐ d. Processar e julgar os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, bem como crimes relativos ao desvio de verbas públicas repassadas pela União aos municípios e sujeitas à prestação de contas perante órgão federal.

Questão **25**

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Acerca do licenciamento ambiental e da responsabilidade civil, administrativa e criminal em matéria ambiental, marque a alternativa correta:

- ☐ a. Licença ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.
- ☐ b. A responsabilidade civil por dano causado por atividade poluidora é objetiva, razão pela qual o poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.
- ☐ c. O poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade, sendo que as medidas de responsabilização civil e a recuperação ambiental podem eximir o poluidor de sanções administrativas.
- ☐ d. Licenciamento ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Questão **26**

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

Marcar questão

Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 27

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Acerca do conceito e objeto do direito ambiental, marque a alternativa incorreta:

- ☐ a. No Brasil, a proteção do ambiente como um todo teve seu marco no ordenamento jurídico com a edição da Lei 6.938/81, que estabelece princípios, objetivos e instrumentos para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente e instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.
- ☐ b. A Constituição Federal de 1988 foi a primeira das Constituições brasileiras a dedicar um capítulo exclusivo para tratar especificamente sobre o meio ambiente. No entanto, a abordagem ambiental da CF/88 não fica restrita a esse artigo, estando presente ao longo de toda a Carta Magna referências à proteção e defesa do meio ambiente. Além disso, a CF/88 declarou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental, mesmo grupo de direitos em que consta o direito à vida.
- ☐ c. Ainda que a CF não considere expressamente a defesa do meio ambiente como princípio que rege a atividade econômica, a livre iniciativa somente pode ser praticada se observadas as regras constitucionais que tratam do tema.
- ☐ d. O meio ambiente possui titularidade indeterminada, objeto indivisível, interesse difuso, sendo o meio ambiente ecologicamente equilibrado essencial à sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações considerado direito de 3ª dimensão ou geração, chamados direitos de fraternidade ou solidariedade.



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Questão 28

Ainda não
respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Sobre os princípios do direito ambiental, julgue os itens a seguir.

I. O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações.

II. O Princípio da Prevenção é uma garantia contra os riscos potenciais, incertos, que de acordo com o estágio atual do conhecimento não podem ser ainda identificados. Apoia-se na ausência de certeza científica, ou seja, quando a informação científica é insuficiente, incerta ou inconclusiva.

III. O Princípio da Precaução parte da premissa de que os danos ao ambiente são, em regra, de difícil ou impossível reparação. Uma vez consumada uma degradação ao meio ambiente, a sua reparação é sempre incerta, excessivamente onerosa e demorada. Sendo praticamente impossível recuperarmos as condições originais. Daí a necessidade de aplicação desse princípio para evitar danos e prejuízos ao meio.

IV. Também conhecido como Princípio da Responsabilidade, o Princípio do Usuário-Pagador exige do usuário suportar as despesas de prevenção, reparação e repressão dos danos ambientais por ele causados. Busca, assim, internalizar os custos sociais do processo de produção, ou seja, os custos resultantes da poluição devem ser internalizados.

V – O Princípio do Poluidor-Pagador estabelece que quem se utiliza de recursos naturais deve pagar por sua utilização, independentemente da ocorrência de poluição. A aplicação desse princípio visa racionalizar o uso, além de evitar que o "custo-zero" gere a hiperexploração e o desperdício.

Marque a alternativa correta:

- ☐ a. Apenas estão certos os itens III, IV, V.
- ☐ b. Apenas o item I está certo.
- ☐ c. Apenas estão certos os itens IV e V.
- ☐ d. Apenas estão certos os itens IV e V.



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



Acerca da inelegibilidade marque a alternativa incorreta:

- ☐ a. Acerca da suspensão dos direitos políticos por condenação criminal, com o trânsito em julgado haverá a suspensão dos direitos políticos (não poderá votar e ser votado). Cumprida a pena, voltará a ter capacidade política, mas ainda terá de completar os 8 anos de inelegibilidade, se for um crime previsto na lei de inelegibilidade, contados desde a data da condenação.
- ☐ b. O prazo de inelegibilidade decorrente da condenação por abuso do poder econômico ou político tem início no dia da eleição em que este se verificou e finda no dia de igual número no oitavo ano seguinte. Portanto, verifica-se a data de calendário da eleição onde o abuso ocorreu.
- ☐ c. A Justiça Eleitoral entende que somente gerará a inelegibilidade a representação por abuso do poder econômico e político decorrente de uma investigação judicial eleitoral. E pelo sistema da ficha limpa vai incidir a inelegibilidade se for decisão transitada em julgado ou de órgão colegiado.
- ☐ d. Para os crimes tipificados na lei das inelegibilidades, não se aplica a lei da ficha limpa quando culposos, de menor potencial ofensivo e de ação penal privada.

Questão **29**

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Concurso 2156-26 : DIREITO

Painel

Cursos

PR-PB

2156-26

Geral

OBJETIVAS

Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.



QUESTÃO ANULADA - No tocante à propaganda eleitoral, marque a alternativa incorreta:

- ☐ a. A Lei das Eleições previu condutas vedadas sem que haja qualquer sanção. Por exemplo, a utilização de alto-falantes ou amplificadores fora do horário previsto na Lei 9.504/1997 não possui sanção (inexistência), todavia gera providência administrativa para fazer cessá-la, não havendo campo para a incidência de multa, ante a ausência de previsão legal.
- ☐ b. Para fins de realizar propaganda eleitoral, a partir do dia 16 de agosto do ano eleitoral, pode-se usar qualquer lugar aberto ou fechado, inclusive ginásios das escolas da rede pública de ensino, tendo que avisar a polícia 24 horas antes para garantir a segurança e a prioridade do partido sobre o local.
- ☐ c. A legislação eleitoral introduziu e regulamentou o financiamento coletivo eleitoral, ou seja, atualmente admite-se no Brasil, no financiamento das campanhas eleitorais, a figura do *crowdfunding*.
- ☐ d. Não configura propaganda eleitoral o pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e outros atos dispostos no art. 36 - A da Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições).

Questão 30

Ainda não respondida

Vale 0,16 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão